



Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Síntese da ATA da 31 .ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Norte de Minas
do Conselho de Política Ambiental – COPAM

Data: 21 de agosto de 2007, às 13h30min.

Local: Auditório da Faculdade de Ciências e Tecnologia - FACIT
Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1.637 – Centro.
Montes Claros - MG

1. Aos 21 de agosto, às 14h10min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do Norte de
2. Minas, Auditório da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FACIT - Av. Deputado Esteves
3. Rodrigues, 1.637 – Centro - Montes Claros – MG. Participaram os seguintes membros
4. Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente, Superintendente de Licenciamento e
5. Atos Autorizativos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
6. Sustentável, Dr. Rogério Noce Rocha; Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos
7. Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas: Suplente – Edson Ferreira do Couto;
8. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA:
9. Titular – Marco Túlio; Polícia Militar de Minas Gerais: Titular: Major PM Jorge Bonifácio
10. Oliveira; Procuradoria Geral da Justiça: Titular – Paulo César Lima; Microrregiões da Área
11. Mineira de SUDENE, do Baixo Jequitinhonha e do Médio Jequitinhonha: Suplente - Paulo
12. Ribeiro – Prefeitura de Montes Claros; Suplente: Valter Abreu – Prefeitura de Capitão Enéas;
13. Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG, atuante na região de
14. abrangência: Suplente – Bernardo Pimenta Pinheiro; Federação das Associações Comerciais,
15. Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS,
16. atuante na região de abrangência: Titular: Julius César Denucci; Representante de Entidades
17. Civis representativas de Categorias de Profissionais Liberais, ligadas à Proteção do Meio
18. Ambiente, atuante na região de abrangência: Titular: Mônica Maria Ladeia; Representante de
19. Organizações Não-Governamentais, legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para
20. Proteção, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência: 1º
21. Titular: Eduardo Gomes de Assis – Coordenador Técnico do Instituto Grande Sertão;
22. Luciane Carvalho, Codema de Janaúba; Jônatas Gonçalves, Codema de Mirabela; Damastor
23. Alves de Souza, Presidente do Grupo Ecológico Campista de Monte Azul; Federação dos
24. Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, atuante na região de
25. abrangência: Titular: Arimar G. dos Santos; Cientistas, Tecnólogos, Pesquisadores ou
26. Pessoas de notório saber, reconhecidamente dedicados às atividades de preservação do meio
27. ambiente e à melhoria da qualidade de vida, atuante na região de abrangência: Suplente –
28. João Carneiro Filho - CEFET/Januária. Estiveram também presentes Laís, Superintendente
29. da SUPRAM NM, Carolina Fagundes, Assessora Jurídica da SUPRAM NM, além de
30. técnicos dos órgãos envolvidos.
31. **O Presidente Rogério Noce** diz do prazer de estar nesta reunião realizada na FACIT,
32. agradecendo a cessão do espaço por essa entidade de ensino. Constatando quorum
33. regimental, com 13 Conselheiros, instala a 31ª Reunião Ordinária do COPAM Norte ouvindo
34. o Hino Nacional Brasileiro.
35. **Item 1 – Hino Nacional**
36. **Item 2 – Abertura**
37. Após o hino, O **Dr. Rogério Noce Rocha**, Superintendente de Licenciamento e Atos
38. Autorizativos da Secretaria de Meio Ambiente diz que, na ausência do Presidente Dr. Shelley
39. de Souza Carneiro, na qualidade de seu Suplente, representa-o como Presidente “ad hoc”
40. desta reunião. Diz que esta é uma reunião de trabalho, importante, que contará com apenas
41. um ponto de pauta. Será apresentado o Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte de
42. Minas. É um ponto de pauta que merece a maior reflexão por parte dos Conselheiros e do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

43. público presente e se insere como uma plataforma dentro do estado de Minas Gerais, dos
44. dois últimos zoneamentos regionais que estão sendo apresentados, do ponto de vista de
45. apresentação e validação. Com a apresentação a ser feita em Unaí, na próxima sexta-feira,
46. completará o perfil das apresentações no âmbito das nove regiões de Minas Gerais para que
47. se possa consolidar ainda neste ano a proposta do zoneamento ecológico-econômico de
48. Minas Gerais. Diz que o trabalho será apresentado pela equipe da universidade de Lavras,
49. que se encontra presente. Foi motivada pelos levantamentos processados por essa
50. universidade. Afirma que é importante que se entenda o que vem a ser o zoneamento
51. ecológico-econômico e como esse instrumento é fundamental no processo de deslanche da
52. reformulação de gestão ambiental do estado. Esse será no futuro um importante instrumento
53. orientador no processo de formulação de propostas por parte dos empreendedores e de
54. análise e deliberação por parte dos Conselheiros. Está-se resgatando um trabalho que deveria
55. ter sido feito há muitos anos e que, a partir do ano passado, a Secretaria implementou para
56. que se possa ter esse instrumento aferido, verificado, dentro da dinâmica normal do estado.
57. Informa que a próxima reunião da URC será realizada em Montes Claros, no dia 25 de
58. setembro. Explica que a reunião se dará nessa data a pedido do Dr. Shelley que trará seu
59. suplente na região, Dr. Tiago Grego, Subsecretário de Inovação da Secretaria de Estado de
60. Meio Ambiente. Agradece mais uma vez à direção da FACIT, na pessoa de Dr. Hélio
61. Gomes, o apoio dado para a realização desta reunião.

62. **Item 3 - Comunicado dos Conselheiros**

63. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** informa que o Ecocrédito foi apresenta pelo Deputado Paulo
64. Guedes na Assembléia Legislativa, passou pela Comissão de Constituição e Justiça e,
65. provavelmente, deve ser aprovado ainda neste ano. É um instrumento importante para a
66. região e, com o problema da mata seca ainda em aberto, seria uma compensação aos
67. produtores rurais do Norte de Minas. Informa que a prefeitura de Montes Claros está
68. pagando e já começou a distribuir as primeiras cédulas do Ecocrédito. Agradece às empresas
69. do comércio que já estão aceitando essa nova moeda, permutando por tributos municipais.
70. Informa ainda que várias prefeituras como Itabirito, São Paulo estão adotando. Destaca que o
71. Governo do Amazonas o fez de forma arrojada, pagando R\$ 50,00 por hectare/mês, enquanto
72. Montes Claros paga R\$110,00/ano. Informa que agora se está fazendo uma adaptação do
73. Ecocrédito para a zona urbana, o Eco-urbs. Agradece à Ruralminas que, em convênio com a
74. Secretaria Municipal de Agricultura, autorizou a construção de mais duas mil barraginhas no
75. município de Montes Claros. Diz que é um sucesso esse processo que se iniciou com o
76. Ministério Público. Agradece a Dr. Paulo César que liberou mais 400 horas para atender a
77. toda a região de Abóboras, Santa Maria, entorno do Pentáurea, extremamente problemática.
78. Convida todos a conhecerem a experiência. Informa que está sendo implantada na bacia do
79. Cedro e que será ampliada para toda a bacia do Verde Grande, com a construção de mais
80. duas mil barraginhas para os produtores rurais no município de Montes Claros. Comunica
81. que o município teve aprovado um projeto de R\$1.090.000,00 no Fundo do IGAM, no
82. FHidro, com desdobramento nas barraginhas, florestas sociais, educação ambiental para
83. todos os produtores. Lembra que, neste ano, estará acontecendo a expedição Caminhos dos
84. Gerais, com apoio da SEMAD, do IEF. Acontecerá no dia 20 de novembro e as inscrições
85. estarão sendo fechadas agora. Convida todos que quiserem participar para entrarem em
86. contato com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A **Conselheira Mônica Maria**
87. **Ladeia** informa que estão abertas inscrições para o curso de especialização em Saneamento e
88. Meio Ambiente, da FACIT. As inscrições se encerram na sexta-feira. O **Conselheiro Paulo**
89. **César** informa que, no período de 10 a 14 de setembro, estará acontecendo, em parceria com
90. a SEMAD, com o IGS, Codevasf, PM Ambiental, Emater e outros órgãos ambientais da
91. região, o primeiro Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais de Meio Ambiente.
92. Serão atendidos 22 municípios nesse primeiro módulo. Informa que Ministério de Meio
93. Ambiente se comprometeu a liberar mais R\$150.000,00 para dar continuidade ao trabalho e,
94. no próximo ano, completar esse trabalho, implementar e estruturar os 64 sistemas municipais



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

95. de meio ambiente da região. É o fórum mais democrático e mais importante em matéria de
96. proteção ambiental. Informa ainda que, no primeiro sábado de setembro, em Bocaiúva, estará
97. o Ministério Público realizando, em parceria com a PM Ambiental, Emater, Poder Judiciário,
98. com o Ministério Público da comarca de Bocaiúva, o terceiro evento do Programa de
99. Educação Ambiental Itinerante. Informa ainda que, amanhã, estará participando, no Serro,
100. dentro da Caravana do Jequitinhonha, de evento para sensibilizar as autoridades no sentido
101. de implantar o Programa de Gestão Municipal Ambiental. Destaca que foi inaugurado, em
102. Montes Claros, no dia 24, o GESCOM, grupo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente,
103. relacionado aos conflitos de mineração, com sede no IBAMA e com três técnicos já
104. contratados pelo Ministério para dar apoio e fazer diagnóstico sobre a mineração. Diz que
105. junto ao GESCOM funciona o Centro de Referência de Meio Ambiente e espera que
106. funcionem efetivamente e que o Ministério se faça presente no Norte de Minas, que é uma
107. região de grandes carências. Destaca que hoje as máquinas estão trabalhando em Santa Fé de
108. Minas, no projeto Plantando Água, já com recursos previstos para captação de água de chuva
109. também em São Romão, Claro dos Poções, Francisco Dumont, Olhos D'Água e Januária.
110. Cerca de 3.000 horas/máquina foram conseguidas através de Termos de Ajustamento de
111. Conduta. Lembra que Abóboras só serviu para estimular o Ministério Público a canalizar
112. recursos de TAC's e indenizações ambientais para essas atividades que já se mostraram
113. eficientes, a partir da experiência de Luciano Cordoval, da Embrapa de Sete Lagoas. O
114. **Conselheiro Julius César Denucci** informa que no dia 13 de setembro, às 16h30min, no
115. auditório Mario Ribeiro da Silveira, na Unimontes, vai ser entregue o prêmio àqueles que
116. contribuem para o meio ambiente, nas categorias Terceiro Setor, Ambientalista, Imprensa,
117. Indústria, Comércio, Órgão Público, Produtor Rural e Educação. Convida todos para esse
118. evento que será realizado durante uma reunião ordinária. Diz-se satisfeito porque, na
119. categoria Indústria, será agraciada a SOMAI Nordeste, que tantos problemas teve neste
120. Conselho e agora foi escolhida para ser homenageada pelo CODEMA. Isso mostra que,
121. quando a empresa quer, é possível ter resultados. O **Conselheiro Arimar G. dos Santos** faz
122. denúncia contra a empresa SISAN, de Riacho dos Machados, que, no ano passado desmatou
123. 50ha de mata de cerrado e, neste ano, desmatou mais 50ha. Desses 100ha, 62% são
124. pequizeiros, e a Polícia Florestal diz que a empresa está legalizada. Diz que faz a denúncia
125. para que se descubra quem foram os loucos que deram essa autorização em prejuízo de todos
126. aqueles que vivem da cata do pequi na periferia de Riacho dos Machados. O **Conselheiro**
127. **Valter Abreu** informa que Capitão Enéas teve seu projeto de esgoto, que contempla 100%
128. da população, e a ETE analisados e aprovados pela Codevasf e deve entrar em licitação e
129. contratação ainda neste ano. Diante da rapidez da construção das obras de esgoto de Montes
130. Claros, pede que, em outra reunião, se discuta como anda o problema de esgoto de todos os
131. municípios da bacia do Verde Grande, para que, ao se concluir o maior problema que é
132. Montes Claros, os menores também estejam concluídos. Também pede que se discuta o
133. projeto da barragem de Congonhas que pode ser um marco diferencial para a bacia do Verde
134. Grande em todos os aspectos. O **Conselheiro Major Jorge Bonifácio**, com relação à
135. denúncia do Conselheiro Arimar, diz que a Polícia Ambiental esteve no local e não constatou
136. o corte de pequizeiro. Coloca-se à disposição para ir com o denunciante até o local, se
137. possível, amanhã mesmo. Entende que algo deve estar errado nesse caso. Anuncia que a
138. Polícia Ambiental está instalando uma fração ambiental em São João da Ponte, transferida de
139. Francisco Sá. Possivelmente, no próximo ano, estará instalando também em Grão Mogol.
140. Pede a todos os órgãos interessados que ajudem na melhor estruturação dessa fração em
141. razão da barragem de Irapé, da mineração e do parque, que a justificam. Informa que foi
142. criada também a fração de São João do Paraíso, que, em razão de efetivo, ficará para o final
143. do ano que vem. O **Conselheiro Eduardo Gomes** solicita que a SEMAD, através da
144. SUPRAM, verifique a situação das obras de Montes Claros no trecho do campus da UFMG.
145. Diz que visitou as obras e uma das etapas que está em atraso. É esse trecho, de
146. aproximadamente 1.500m, que entra na UFMG para atender todo o campus. Segundo lhe foi



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

147. informado pela construtora, está havendo resistência para a entrada das máquinas para operar
148. dentro do campus. Lembra que a ETE é um marco ambiental decisivo e não pode haver
149. outros interesses atrapalhando. A **Conselheira Luciane Carvalho** convida os Conselheiros
150. para participarem do seminário "Lixo x Cidadania" que acontecerá no dia 28 de agosto, das
151. 8h às 18h, no Automóvel Clube de Janaúba. Comunica que 600 pessoas se encaminharam ao
152. Senado Federal na última semana, em mobilização pelo algodão transgênico e pede o apoio
153. dos Conselheiros para os municípios que estão interessados nessa cultura. Lembra que ainda
154. não há licenciamento ambiental para isso. O **Presidente** agradece a s contribuições. Diz que
155. a SUPRAM do Jequitinhonha está fazendo o trabalho itinerante no Serro, de grande
156. importância, prestando todo apoio, treinamento e capacitação dos agentes locais. O
157. **Conselheiro Paulo Ribeiro** informa que a prefeitura de Montes Claros está concluindo a
158. licitação pública do transporte coletivo que, além de aumentar em 50% o número de
159. veículos, novas linhas, bilhetagem eletrônica e pagamento de 12 milhões de reais para a
160. exploração das linhas por dez anos, está sendo implantado o Vale Verde. Em todos os
161. domingos e feriados nacionais haverá uma frota de veículos transportando a população para
162. os parques e áreas de lazer. O **Presidente** informa que o público, para participar das
163. discussões, deve inscrever-se no livro de registro. Passando ao item 4 da pauta, chama a
164. equipe da Universidade Federal de Lavras para fazer a apresentação da proposta de
165. Zoneamento Ecológico-Econômico para a Região Norte de Minas.
166. **Item 4 - Apresentação e validação da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico**
167. **para a região Norte de Minas. – Apresentação: SEMAD/Universidade Federal de**
168. **Lavras - UFLA**
169. **O Prof. José Roberto Scolfaro** se apresenta: professor da Universidade Federal de Lavras,
170. Pró-Reitor de Pesquisa da instituição. Como fará uma apresentação compartilhada, faz a
171. apresentação de sua equipe: Prof. Nilton Cury, Professor de Ciências do Solo; Prof. Carlos
172. Rogério, que trabalha com Hidrologia, é do Departamento de Engenharia; Prof. Luís
173. Gonzaga, também do Departamento de Engenharia, trabalha com Clima; Prof. Luís Martelo,
174. do Departamento de Ciências Florestais, trabalha com vegetação; Prof. Robson Amâncio, do
175. Departamento de Administração e Economia; Ludmila e Patrícia, representantes de
176. instituição parceira neste trabalho. Diz que se vai tentar fazer uma apresentação resumida,
177. mas um resumido longo. Diz que o trabalho é muito grandioso e que se vai apresentar uma
178. boa panorâmica e não se consegue isso em poucos minutos. Vai-se gastar um tempo, e espera
179. que não se cansem os ouvintes em demasiado e que se permita uma discussão ao final.
180. Realiza-se a apresentação.
181. O **Presidente**, terminada a exposição, agradece e informa que se vai entrar em uma fase de
182. informação subsidiária aos Conselheiros com perguntas relacionadas ao que foi exposto e
183. que também será aberto ao público. Diz que a validade desse processo é que se está
184. contribuindo com um documento preciosíssimo do ponto de vista de informação. Com a
185. participação haverá um processo de aprimoramento, pois é um processo continuado, de
186. avaliação permanente para cobrir as lacunas existentes. Esse é um instrumento
187. importantíssimo para a planificação dos municípios em relação ao Estatuto das Cidades para
188. que se possam estabelecer medidas mais precisas e mais avaliadas para se ter um mundo
189. melhor para se viver. Abre o debate. O **Conselheiro Paulo César** antecipa seu voto
190. favorável, em se louvado na capacidade da equipe da UFLA e no notório saber do Prof.
191. Scolfaro e de sua equipe. Faz notar, entretanto, que, da forma resumida como foi apresentado
192. e por sua formação, não é possível uma avaliação aprofundada acerca da metodologia.
193. Ressalta também que, se tivesse tido contato antecipado com o documento, talvez pudesse ter
194. tido apoio de técnicos da Unimontes, UFMG e Fundação Santo Agostinho para uma análise.
195. Destacando a história do Prof. Scolfaro e o trabalho que a UFLA vem realizando em Minas e
196. no Brasil, adianta seu voto favorável, com a ressalva de que está se louvando no trabalho
197. deles, mas não tem conhecimento técnico para avaliar um trabalho tão complexo que foi
198. apresentado nesse curto espaço de tempo. Questiona quantas pessoas participaram do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

199. trabalho e quanto tempo durou. O **Prof. Scolfaro** informa que 30 pessoas trabalhando forte
200. com o apoio de estudantes. Destaca que esse foi um trabalho sobre o qual os professores se
201. debruçaram não demandando tanto a participação dos estudantes. Informa também que
202. começaram o trabalho em outubro de 2005 com a questão metodológica e em 2006 e até
203. agora na questão do processamento e interpretação de dados e discussão com uma série de
204. parceiros que sugeriram muitas coisas e se conseguiu chegar a uma situação muito
205. interessante. Diz que, quando estava apresentando o trabalho e não estava contemplada a
206. região Norte, Nordeste e Noroeste, havia uma pressão de pessoas dessas regiões que
207. questionavam por que essas essa regiões não estavam incluídas e a resposta foi que definição
208. da SEMAD foi por começar por aqueles locais em que existiam pressões muito grandes na
209. questão do uso do ambiente. E diz que justificava para o pessoal que seria muito interessante
210. para essas regiões porque se estava aprendendo muito e todo esse aprendizado seria aplicado
211. nas regiões Norte, Nordeste e Noroeste e a qualidade das informações, do trato das
212. informações seria muito forte para essas regiões. O **Conselheiro Paulo César** questiona
213. quanto custou aos cofres públicos esse trabalho. O **Professor Scolfaro** informa que custou
214. R\$5.800.000. O **Conselheiro**, justificando que as universidades do Norte de Minas estão em
215. vias de assinar um convênio com o Ministério do Meio Ambiente acerca do zoneamento
216. ecológico-econômico da bacia do São Francisco, que em Minas tem 240 municípios,
217. questiona se a metodologia é semelhante e se pode haver algum conflito. O **Professor**
218. **Scolfaro** diz que acredita que haja conflito. Não conhece esse convênio do Ministério do
219. Meio Ambiente. Conhece um trabalho de zoneamento do Ministério do Meio Ambiente para
220. a região do São Francisco na Bahia. Diz que é um trabalho que teve menor detalhamento que
221. este e com características diversas. Uma delas é que a Bahia teve uma base de dados menos
222. qualificada e menos detalhada. Outra questão é o desenho, o conceito, o que é o zoneamento
223. ecológico-econômico, como tratar isso. Diz que a equipe conseguiu na Universidade com as
224. parcerias um desenho muito interessante que deveria ser multiplicado para outras regiões.
225. Considera que para a região Norte o ponto de partida deveria ser o zoneamento ecológico-
226. econômico de Minas Gerais para se dar um zoom maior aqui, mas para isso seria necessário
227. um banco de dados mais detalhado que o que se conseguiu. Falta um banco de dados mais
228. detalhado. Assim se chegaria à mesma resposta. Aí se teria que partir para uma coleta de
229. dados primários para se obter informações que faltam. Nas outras variáveis, se se utilizarem
230. as mesmas informações, com certeza se chega aos mesmos resultados. Se se conseguir
231. algum aperfeiçoamento em relação ao método que se usou, pode-se chegar a um resultado
232. superior. Se não se conseguir, pode-se chegar ao mesmo resultado ou resultado inferior. Diz
233. que vê uma duplicidade de trabalho. O **Conselheiro Paulo César** lembra que se fala de
234. parcerias e questiona por que não se fala da Secretaria para o Desenvolvimento do Norte de
235. Minas e Jequitinhonha. O **Professor** diz que foi esquecimento seu. Houve participação. O
236. **Conselheiro** pergunta sobre a participação dos antropólogos nesse trabalho. O **Professor** diz
237. que foi uma participação menor do que se esperava inicialmente. Diz que contou com a
238. colaboração de um profissional de Brasília e esperava contar com outros profissionais bem
239. experientes, mas, quando se parte para profissionais de antropologia com uma visão ampla de
240. questões regionais, com a experiência de grandes regiões, tem-se dificuldade de encontrar
241. esse pessoal. O **Conselheiro** questiona sobre a participação do CODEMA's. O **Professor** diz
242. que houve participação basicamente nas audiências públicas, mas não houve consultas
243. individualizadas aos CODEMA's. Considera que, como cada município pode e deve ter seu
244. Conselho, embora nem todos tenham, seria muito difícil realizar o trabalho como esse que
245. exigiria muitas apresentações mais detalhadas e em todo o estado. Isso demandaria o
246. abandono das atividades da equipe e do pessoal da SEMAD. Por isso se utilizou a ferramenta
247. das audiências públicas para esse fim. O **Conselheiro** questiona ainda sobre a mineração,
248. tida como forma de se medir a potencialidade social. Diz que a sistemática é muito complexa
249. e cheia de muitas fórmulas. Diz que é preocupação sua e existe uma discussão envolvendo a
250. Associação Mineira de Municípios com relação à mineradoras e o retorno dessas empresas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

251. Comparando a mineração com outras formas de exploração do subsolo como gás e petróleo,
252. a mineração contribuí muito pouco para o desenvolvimento da região. Diz não entender
253. como a mineração, que é via de regra muito impactante e de forma definitiva, vai contribuir
254. para aumentar a potencialidade social. Diz que os municípios discutem e criticam esse
255. sistema minerário nacional alegando que o retorno é pequeno e o dano ambiental é enorme e
256. praticamente permanente. O **Professor Scolfaro** diz que, na parte de vulnerabilidade,
257. apresenta-se a questão da mineração de forma simplesmente didático, só para mostrar a
258. ocorrência em Minas Gerais. Diz que a pergunta do Conselheiro está relacionada à questão
259. social. O **Prof. Robson** diz que houve e continuará havendo problemas metodológicos em
260. relação ao setor minerário. Houve a dificuldade de se identificar, criar um identificador para
261. todos os setores minerários, que são vários, de areia a combustível nuclear. Alguns são mais
262. impactantes, outros menos impactantes. Diz da dificuldade de se identificar o perímetro
263. minerário de uma área. Diz que, das variáveis apresentadas, algumas pesam mais dentro do
264. zoneamento. Diz que se pode avaliar se o que o setor está pagando ao município e dano que
265. está causando vale a pena. Cita o exemplo de Corumbá, onde se começou a discutir com as
266. empresas esse valor. Diz que é uma experiência muito interessante. Partindo da avaliação da
267. arrecadação das empresas, começou-se a questionar o que estava ficando para o município.
268. Partiu-se então para a negociação com os empreendimentos minerários. Diz que muitas vezes
269. a remuneração é menor que o que se deveria ter em razão do dano ambiental. Essa
270. informação serve para subsidiar a ação da sociedade civil.
271. **Túlio**, técnico da SEMAD, Diretor de Zoneamento Ambiental (Trecho ininteligível)
272. **Prof. Scolfaro** diz que, dentro da abordagem do potencial, se não de trabalha recursos
273. minerais ele fica capenga. Do ponto de vista metodológico é fundamental que seja
274. trabalhado. Do ponto de vista de resultado, cada município tem a informação integrada como
275. um todo: o que está contribuindo para o potencial do município? Nada? Quase nada? Diz que
276. é elemento para negociação e até proibição da atividade, se for o caso. A **Conselheira**
277. **Mônica Ladeia** parabeniza a equipe pelo trabalho e entende que ele vai ser aprovado pelo
278. trabalho em si e pelo conceito da Universidade. Considera que os Conselheiros deveriam ter
279. recebido material com antecedência para ficarem inteirados do assunto. Pergunta qual foi a
280. participação de técnicos e professores da UFMG, Unimontes, CETEC. Questiona se houve
281. algum tipo de consulta na região, se trocaram informações com os técnicos da região. O
282. **Prof. Scolfaro** diz houve esse contato em muitas regiões. Cita que o mapa de solos não foi
283. publicado. Foi feito pelo Cetec e pela UFV e foi em decorrência desse contato que se
284. conseguiu a informação. A **Conselheira** questiona mais uma vez se os professores e técnicos
285. da região, da Unimontes, da UFMG de Montes Claros, tiveram alguma participação.
286. Pergunta, quanto à avaliação ambiental do Norte de Minas, qual foi a participação dos
287. técnicos da região. O **Prof. Scolfaro** diz que foi uma participação indireta. Esclarece que a
288. inserção regional com a coleta de dados primários neste trabalho ainda não existiu, mas
289. vários dados que se usaram para essa questão tiveram a participação direta e efetiva diversas
290. pessoas da Unimontes e da UFMG da região como de todo o estado. Utilizaram-se
291. informações de órgãos diversos como IEF, parceiros informais e também diversos ex-alunos
292. da UFPA que hoje são professores na região. A **Conselheira Mônica Ladeia** diz que muitas
293. vezes se encontram muitos dados secundários e, às vezes, é importante que as pessoas que
294. estão no local possam dar retorno da consistência dos dados. O **Prof. Scolfaro** diz que o
295. Zoneamento Ecológico-Econômico só vai se solidificar de verdade no estado à medida que
296. ele tenha outras versões, o que significa melhoria de determinadas bases de dados. E aí
297. entram as inserções regionais. Fala da complexidade do processo, das informações e da
298. importância dos retornos para que possam ser aplicados para melhorar o trabalho. Diz que
299. haverá evolução da metodologia com versões 1, 2, 3, 4. Diz acreditar que zoneamento
300. ecológico-econômico vai existir sempre, com novas versões. A interação não só com os
301. COPAM's mas com a sociedade em geral vai resultar num produto infinitamente superior a
302. este. A **Conselheira**, com relação à qualidade ambiental, a parte de água, diz saber que se



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

303. trabalhou com dados de outorga e sabe-se que aqui há muitos poços perfurados não
304. outorgados. Diz valer um comentário sobre essa questão pois se está classificando a questão
305. ambiental da disponibilidade hídrica com um dado que não é muito real da região. Entende
306. que no Sul de Minas é pouco diferente, mas, no Norte de Minas, há muita água superficial e
307. muito poço não outorgado. Questiona também, quanto à qualidade da água, o trabalho foi
308. feito com base em dados do IGAM. Pede que se fale sobre a outorga dos poços e sobre a
309. origem dos dados da qualidade da água. O **Prof. Carlos Rogério** diz que, com relação aos
310. poços, a Conselheira tem razão, pois se trabalhou com dados do IGAM. Entende há muitos
311. poços na Codevasf e outros órgãos que não são cadastrados e esse é um parâmetro que
312. precisa ser melhorado na segunda fase. Quanto à qualidade da água, fez-se uma simulação
313. dos parâmetros DBO, coliformes e nitrogênio propostos usando-se um modelo tradicional.
314. Chegou-se aos valores com base na literatura, levando-se em conta a população de cada um
315. dos municípios, a renda média de cada município e o consumo de água per capita médio de
316. cada município. Usando-se uma fórmula empírica bem tradicional de um professor da
317. UFMG, chegou-se aos parâmetros apresentados. Isso foi feito em todos os municípios do
318. estado. Quanto aos parâmetros associados à indústria usou-se a mesma metodologia, mas
319. encontrou-se dificuldade na obtenção de informações. Essa é uma situação que precisa ser
320. melhorada no futuro. O **Prof. Scolfaro** diz que as informações oficiais não são tão oficiais
321. assim, porque há erros nas informações oficiais. Há lacunas a serem trabalhadas e corrigidas.
322. Diz que não basta ter a informação, mas é preciso que tenham qualidade. O **Conselheiro**
323. **Valter Abreu** diz que antecipa seu voto pela a aprovação do relatório, parabenizando a equipe
324. pelo trabalho. Entende que o resultado é uma ferramenta que pode ser bem ou mal utilizada.
325. Teme que possa nascer em alguns setores, considerando-se que mesmo se tendo na região
326. uma série de aspectos negativos, tem-se ainda um mapa de qualidade ambiental positivo,
327. uma visão simplista de que temos de preservar aquilo que ainda resta. E vamos continuar
328. pobres. Diz que essa visão simplista tem que ser combatida com boas propostas e tem-se que
329. se antecipar ao seu nascimento. Propõe que se mais gastem mais R\$5.800.000,00 para dizer
330. como os 165 municípios da área mineira da SUDENE vão se desenvolver, em 10 anos
331. alcançar o IDH de 0,8, sem virar o mapa de qualidade ambiental de cabeça para baixo.
332. Entende que se tem que chamar todas as forças sociais para buscar recursos para a UFLA
333. juntamente com nossas universidades e nossos técnicos nos mostrem o caminho. Cita como
334. exemplo o projeto de lei que está em tramitação na Assembléia, conhecido como ICMS
335. Solidário, que beneficia os municípios que estão ao norte da BR 040 e que está provocando
336. uma rebelião dos municípios ao sul, falando-se mesmo em emancipação do Triângulo.
337. Conclui antecipando seu voto favorável e dizendo que o trabalho é uma ferramenta
338. excepcional que o Norte tem que ter competência para usá-la bem. O **Prof. Scolfaro** diz que
339. ele, não necessariamente a UFLA, concorda com o Conselheiro que essa é uma etapa. A
340. grande virtude foi conseguir uma engenharia para reunir centenas de informações que
341. estavam soltas e trabalhar, a partir de agora, com essas informações para propor alternativas
342. de desenvolvimento. Destaca que, de todas as universidades federais existentes em Minas, a
343. grande maioria está abaixo de Belo Horizonte, existindo acima de Belo Horizonte apenas a
344. Universidade Federal do Jequitinhonha e o Núcleo da UFMG de Montes Claros. Ressalta que
345. isso mostra que há uma grande concentração no Centro-Sul com todos os aspectos
346. decorrentes desse fato. Não se trata apenas de um problema ambiental. O **Conselheiro**
347. **Eduardo Gomes** diz que, a exemplo de outros Conselheiros, tem que elogiar o trabalho
348. principalmente pelo pioneirismo da Universidade de Lavras e do Governo de Minas em
349. propô-lo e executá-lo. Destaca que é uma referência em termos de Brasil. Nenhum estado
350. tem um levantamento como esse, mesmo com suas limitações. É um avanço e, a partir dele
351. devem-se estabelecer metas de ampliação em regiões que precisam, que têm grau de
352. vulnerabilidade maior, mas tem um grande potencial de desenvolvimento. Diz que, enquanto
353. representante de ONG, e não contrariando o Conselheiro Valter, não há que se ter
354. pensamento em cima uma visão simplista. O desenvolvimento sustentável prevê que haja



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

355. viabilidade econômica. Não existe mais a idéia de preservar por preservar. Diz que é preciso
356. ter responsabilidade na utilização dessas informações, tanto do ponto de vista da indicação
357. das potencialidades quanto das áreas de vulnerabilidade. Considera a qualidade do trabalho
358. inquestionável, mas é bom lembrar que nada é absoluto. Existe uma dinâmica do
359. desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia, por isso esse trabalho deve ser um marco
360. para que toda a região e o estado possam detalhar a nível aceitável de sustentabilidade para
361. que se possa, a partir daí, estabelecer um modelo de desenvolvimento. Ressalta que a
362. mineração da região, a areia, areia lavada, calcáreo, o granito, é diferente do resto do estado,
363. que tem uma mineração agregada à indústria. Nós tiramos e usamos ou mandamos para fora.
364. Não há beneficiamento, não se agrega valor, não se tem uma cadeia produtiva integrada.
365. Somos fornecedores de carvão, areia, minério. Destaca que esse tipo de desenvolvimento tem
366. que mudar em relação a esse trabalho. O **Prof. Scolfaro** observa que entrar no banco e
367. interpretar essa informação alicerça o poder de reivindicação da região. Também será de
368. grande utilidade para os órgãos fiscalizadores e também para o Ministério Público. A
369. **Conselheira Luciane Carvalho** elogia o trabalho e diz que tem a mesma preocupação que o
370. Conselheiro Valter quanto a dupla interpretação das informações. Vê a importância de
371. analisar com carinho e disseminar essas informações. Diz que gostaria de ouvir sobre a
372. participação da Fundação João Pinheiro, como se deu o contato com a região, como seria
373. possível levar essas informações ao conhecimento das autoridades da região, quando se dará
374. finalização e a atualização em segunda etapa. O **Prof. Scolfaro** diz que a trabalho vai ser
375. finalizado esse ano e vai ser publicado um atlas, um DVD e esse material vai ser
376. disponibilizado na Internet para que se possam fazer consultas mais específicas, mais
377. detalhadas. Quanto a levar ao conhecimento das autoridades, diz que haverá um decreto-lei
378. do Governador e também o trabalho será apresentado pela equipe na Assembléia Legislativa
379. como uma proposta de lei e tem havido interlocuções com a Assembléia Legislativa para
380. mostrar o trabalho e para que conheçam e se sensibilizem de sua importância. Diz que a
381. Fundação João Pinheiro foi procurada pela UFLA e se propôs fazer um “workshop” de dois
382. dias para discutir as questões sociais que envolvem o social, econômico, institucional e
383. jurídico. Diz que a Fundação é de fato o IBGE do estado de Minas Gerais, que coleta as
384. informações dos todos os municípios, e se encontraram as pessoas certas para a realização do
385. trabalho em conjunto. A causa reuniu muitas pessoas bem intencionadas e isso está gerando
386. um pólo de conhecimento nessa área social. **Patrícia**, da Fundação João Pinheiro, diz que a
387. Fundação é como o IBGE do estado, é o centro de informações do estado, que produz e
388. analisa dados secundários também. Tem grande experiência na área de pesquisa, na questão
389. do IDH, que foi feito pela Fundação João Pinheiro, a própria metodologia. Foi a primeira
390. equipe no mundo e recebeu vários prêmios. Tem trabalhos na área de saúde, de turismo, de
391. segurança pública e diversas outras áreas. Diz que esse trabalho foi uma experiência muito
392. interessante porque juntaram os conhecimentos diversos para produzir esse resultado. Diz
393. que as equipes tiveram um profundo entrosamento e se tornaram praticamente uma equipe. O
394. trabalho foi uma grande experiência. O **Presidente** diz que essa apresentação estará
395. disponível na SUPRAM NM e poderá ser acessada por quem se interessar. Os resultados
396. desse trabalho estarão disponíveis até novembro, e o das outras regiões já estão disponíveis
397. de maneira completa. Ressalta que essa apresentação é um zoom muito alto e, na
398. disponibilização da informação posterior, vai-se descer a níveis muito mais baixos de
399. interesse até de microrregião. Os dados finais serão disponibilizados posteriormente. Na
400. evolução futura, etapas dois, três, a idéia básica é fazer que se tenha uma aproximação maior
401. e com eficiência maior através de imagens de satélite, de incorporação de dados básicos
402. interessantes que não podem perder de vista o que aqui foi colocado. Diz que se tem uma
403. sistematização que é padrão para o estado e, se tiver a demonstração de um índice que é
404. específico para uma região, ele não pode ser replicado em outro estado. Ele pode ser
405. incorporado, mas não é termo de avaliação. O que se pode fazer é, a partir desse detalhe,
406. extrapolar e, dentro da comissão que vai continuar avaliando efetivamente o zoneamento,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

407. expandir essa base para ser sistematizada ao longo do estado como um todo. Diz que esse
408. trabalho é um ponto de partida valiosíssimo pela alta complexidade de informação que foi
409. agregada e por outros fatores. Vai despertar as falhas e deficiências que se tem aqui e vai
410. mostrar os caminhos que se tem que pesquisar. Quanto à preocupação dos Conselheiros
411. Valter e Luciene, diz que é um problema de subjetividade, problema normal com relação à
412. mídia e outras coisas, e o que se tem que perseguir é a objetividade do instrumento, que é um
413. instrumento básico de informação, de subsídio e que vai instrumentalizar o próprio COPAM
414. e as ações do Estado através do PMDI e PPAG. Diz que o Zoneamento Ecológico-
415. Econômico é uma peça de governo e estará, a partir do aprimoramento, inserido no PMDI em
416. relação a sua próxima etapa. Será norteador das políticas de ocupação do estado. Coloca em
417. votação a validação da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico da região Norte de
418. Minas Gerais apresentada pela equipe da Universidade Federal de Lavras. A proposta é
419. aprovada pela maioria dos Conselheiros. Agradece a participação de todos e diz que, se não
420. foi possível ampliar a situação, isso é ponto de partida. Toda e qualquer crítica ou subsídio
421. deve ser encaminhado. A equipe da UFLA estará aberta. Diz que a evolução que sentiu é
422. muito grande. A evolução metodológica ultrapassa em muito a primeira apresentação e
423. aprovação que aconteceu. Incorporou e estará incorporando essa nova tecnologia. Convida os
424. Conselheiros para a próxima reunião no dia 25 de setembro aqui em Montes Claros.
425. **Item 5 - Encerramento**
426. Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi
427. lavrada a presente ata.
- 428.
429. Esta é a síntese da reunião do dia 21 de agosto de 2007.
- 430.
- 431.